



**CLIPPING INTERNET**  
**18/11/2021 ATÉ 18/11/2021**



# INDÍCE

---

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG JORGE ARAGÃO.....	1
	1.2 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	2
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	3
	2.2 BLOG CARLINHOS FILHO.....	4
	2.3 BLOG DO NETO FERREIRA.....	5
	2.4 BLOG O INFORMANTE.....	6
	2.5 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	7
	2.6 SITE IMIRANTE.COM.....	8
	2.7 SITE JORNAL PEQUENO.....	9
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	10
	3.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	11
	3.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	12
	3.4 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	13
	3.5 PORTAL DO MUNIM.....	14
	3.6 SITE A CARTA POLÍTICA.....	15
	3.7 SITE FOLHA DO MARANHÃO.....	16
	3.8 SITE MARANHÃO HOJE.....	17
	3.9 SITE R10.....	18

## **Graça Duarte retira de pauta processo de punição contra Sidarta Gautama**

O Tribunal de Justiça do Maranhão retirou de pauta de votação um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara da Comarca de Caxias.

Segundo quem acompanhou a sessão, a desembargadora Graça Duarte, relatora, alegou que estava “ruim da vista” para ler o próprio relatório, e pediu o adiamento para ir em consulta médica que já estaria marcada, garantindo sobrevida ao magistrado. Por regra, o caso deve voltar à pauta na próxima sessão administrativa plenária, que reúne toda a alta cúpula da corte, mas no bastidor há movimentações para que o processo seja debatido novamente apenas no ano que vem, sem data definida.

Embora a sessão tenha sido transmitida de forma pública, a gravação não permanece no ar no canal do TJ-MA no Youtube para acesso posterior, diminuindo a transparência da medida de interesse público e dificultando o controle social sobre a prática jurídica exercida pelos membros do Poder Judiciário maranhense.

Conforme mostrou o ATUAL7, Gautama determinou que as empresas Google, Yahoo! e a Microsoft excluíssem de seus respectivos sistemas de busca e da memória caches de seus servidores o nome do empresário cearense José Juacy Cunha Pinto Filho, apontado em relatório da CGU (Controladoria Geral da União) como proprietário de seis empresas suspeitas de desvio de R\$ 21 milhões do BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

No bojo do processo, as gigantes de tecnologia teriam sido multadas em quase R\$ 1 milhão e, antes do caso transitar em julgado, Sidarta Gautama teria autorizado a retirada do valor depositado em conta judicial.

O caso contra o magistrado se arrasta desde 2007, inicialmente como reclamação disciplinar. No ano passado, por unanimidade, os desembargadores do TJ-MA decidiu pela abertura do processo de punição contra Gautama, mas sem afastamento de suas funções judicantes na 1ª Vara da Comarca de Caxias.

A Lei Orgânica da Magistratura, a Loman, prevê que as penas disciplinares contra magistrados são advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade, aposentadoria compulsória ou demissão.

Para que haja condenação, é necessário o voto da maioria absoluta dos membros do tribunal. Na hipótese em que haja divergência quanto à pena, sem que se tenha formado maioria absoluta por uma delas, será aplicada a mais leve, ou, no caso de mais de duas penas alternativas, a mais leve que tiver obtido o maior número de votos.

O Tribunal de Justiça pode ainda remeter o caso para o Ministério Público, caso entenda pela existência de indícios de crime de ação pública incondicionada.

Durante o julgamento da reclamação disciplinar, a atual relatora do PAD teceu duros comentários a respeito de

Sidarta Gautama. Segundo ela, o magistrado é “doente de caráter, tem o caráter deformado” e “usa a inteligência para o mal”.

“Desde que eu me entendo por desembargadora vejo processo em que o Dr. Sidarta faz parte com comportamento que não condiz com a magistratura”, apontou.

Naquela sessão, Graça Duarte defendeu que Sidarta Galtama deveria ser afastado de suas funções de juiz.

“Ele é um perigo. Ele é perigoso para a sociedade”, justificou.

## **TJMA determina suspensão imediata da greve no Detran**

por redação 11/18/2021 07:06:00 AM

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Douglas Airton Ferreira Amorim, determinou, nessa quarta-feira (17), em Ação Civil Pública, a imediata suspensão do movimento grevista deflagrado pelo Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Sinsdetran/MA) e pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Maranhão (Sintsep/MA).

“Os respectivos sindicatos devem se abster de promover a paralisação das atividades profissionais dos servidores do Detran. Caso a mesma já tenha ocorrido, determino o retorno imediato dos servidores ao trabalho, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento, sem prejuízo da imputação de faltas àqueles que não retornarem às suas funções”, assinalou o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

A decisão do magistrado foi proferida no bojo de Ação Civil Pública ajuizada, com pedido de tutela antecipada, pelo Estado do Maranhão e pelo Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), após ambos serem comunicados pelos mencionados sindicatos que após 72 horas, a contar do dia 9 deste mês seria iniciado um movimento grevista, por tempo indeterminado, enquanto não fosse atendida integralmente a reivindicação de reajuste de 40%.

Na ação, o Estado do Maranhão e o Detran afirmaram que o movimento deflagrado é ilegal. “Primeiro por se tratar de serviço público essencial, voltado à segurança pública e ao poder de polícia estatal. Segundo porque as exigências apresentadas desrespeitam dispositivos da Lei Complementar nº 173/2020, em especial na parte que trata da extensão do auxílio aos servidores afastados, já tratada em demanda judicial julgada improcedente”.

Na ação, o Estado do Maranhão e Detran alegaram também que o fato de os grevistas serem servidores que desempenham atividades essenciais, não caberia a deflagração de greve, medida que se contrapõe a um entendimento do próprio do Supremo Tribunal Federal.

Com esses argumentos, ambos pugnaram pela concessão da tutela antecipada de urgência para garantir o retorno dos servidores às suas atividades profissionais, pleito julgado procedente pelo desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

Fonte: Jornal Pequeno

## **Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do TJMA**

18/11/2021 02:25:51

Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - perfilO desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

"Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade", destacou Vicente de Paula Castro.

Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

Perfil - Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.



## **Desembargador substitui prisão preventiva por domiciliar do advogado Dalton Arruda**

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjo decidiu converter a prisão preventiva do advogado previdenciário, Dalton Arruda, em domiciliar. O advogado foi preso após descumprir medida protetiva e agredir a ex-mulher na madrugada dessa quarta-feira, 17.

O pedido de habeas corpus de Dalton foi concedido com base nas alegações da defesa, com efeito imediato.

### Prisão

O advogado do ramo previdenciário, Dalton Arruda, foi preso na madrugada da quarta-feira, 17, após invadir a casa da ex-mulher, no bairro do Calhau. Segundo informações, o advogado descumpriu uma medida protetiva que determinava o distanciamento obrigatório, solicitada pela ex-companheira. Dalton arrombou o portão da residência com o seu veículo e conseguiu ter acesso à residência, onde teria agredido a mulher.

Durante o cumprimento do regime domiciliar Dalton Arruda terá que usar tornozeleira eletrônica.

# Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do Tribunal de Justiça

Novo membro da Mesa Diretora tomou posse nesta quarta

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em seu nome e em nome do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, deu as boas-vindas ao novo integrante da Mesa Diretora do Judiciário.

“Confirmamos a Vossa Excelência a nossa satisfação de recebê-lo como componente na nossa Diretoria”, concluiu Lourival Serejo.

## Eleição

Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

O presidente Lourival Serejo convidou o desembargador Bayma Araújo para efetuar a contagem de votos. O decano do TJMA, então, convidou o desembargador Paulo Velten para acompanhar de perto o ato.

## Perfil

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

## **Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do TJMA**

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

Em seguida, o desembargador eleito fez o juramento solene e assinou o termo de compromisso e posse, após a leitura do documento pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em seu nome e em nome do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, deu as boas-vindas ao novo integrante da Mesa Diretora do Judiciário.

### **ELEIÇÃO**

Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

O presidente Lourival Serejo convidou o desembargador Bayma Araújo para efetuar a contagem de votos. O decano do TJMA, então, convidou o desembargador Paulo Velten para acompanhar de perto o ato.

Ao final da votação, o desembargador Bayma Araújo anunciou a vitória, por unanimidade, do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

### **BIOGRAFIA**

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da

Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

## **DESEMBARGADOR VICENTE DE PAULA É O NOVO VICE-PRESIDENTE DO TJMA**

Eleito por unanimidade, novo membro da Mesa Diretora tomou posse no cargo na Sala das Sessões Plenárias do TJMA, após a sessão desta quarta, 17  
Por Isaias Rocha / Comentários (0)

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - juramento

Em seguida, o desembargador eleito fez o juramento solene e assinou o termo de compromisso e posse, após a leitura do documento pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - assinatura do termo

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em seu nome e em nome do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, deu as boas-vindas ao novo integrante da Mesa Diretora do Judiciário.

Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - membros da mesa

“Confirmamos a Vossa Excelência a nossa satisfação de recebê-lo como componente na nossa Diretoria”, concluiu Lourival Serejo.

Eleição - Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

O presidente Lourival Serejo convidou o desembargador Bayma Araújo para efetuar a contagem de votos. O decano do TJMA, então, convidou o desembargador Paulo Velten para acompanhar de perto o ato.

Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - votação

Ao final da votação, o desembargador Bayma Araújo anunciou a vitória, por unanimidade, do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

Perfil - Eleição do desembargador Vicente de Paula para vice-presidente do TJMA - perfil

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

## **A bela enquadrada de Yglesio na Associação dos Magistrados do MA**

Na quarta-feira (17), o deputado estadual Yglesio Moyses chegou a comemorar o simples fato do juiz Sidarta Gautama, enfim, após inúmeras denúncias, inclusive na Assembleia Legislativa, ser julgado pelo Tribunal de Justiça, mas a expectativa do parlamentar não foi transformado em realidade.

A desembargadora Graça Duarte, que é relatora do caso, estranhamente retirou da pauta o processo administrativo disciplinar (PAD) contra o juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara da Comarca de Caxias e o julgamento não aconteceu.

No entanto, o que mais chamou atenção no episódio foi, como de costume, a postura corporativa da AMMA (Associação dos Magistrados do Maranhão) no episódio. A AMMA emitiu uma Nota de Repúdio, sem nem citar o nome do juiz investigado, criticando a postura do deputado Yglesio, alegando que o parlamentar teria feito graves e desrespeitosas acusações (veja aqui a Nota na Integra).

Para azar da AMMA, o deputado Yglesio não se intimidou com a Nota e deu uma bela enquadrada. Inicialmente, o parlamentar destacou que jamais irá se calar e cumprirá o seu papel de proteger a sociedade. Yglesio lamentou o triste corporativismo e cobrou a citação do nome do magistrado que será julgado, mais cedo ou mais tarde.

“Espero que a AMMA tenha a coragem de expor quem é o “magistrado ofendido”. É embaraçoso ver a que ponto chega o corporativismo: é uma força tão grandiosa que chega a ser capaz de alcovitar criminosos como o referido. No nobre exercício da magistratura e da Presidência de uma associação, espera-se que o corporativismo respeite a separação de poderes, as prerrogativas parlamentares e, acima de tudo, a moralidade da coisa pública. O referido magistrado é uma mancha a ser extirpada do Judiciário maranhense. Jamais serei intimidado por quem quer que seja. Minha independência e minha imunidade servem pra proteger a sociedade de marginais que encontram nas manobras processuais e na morosidade da prestação jurisdicional guarida pra perpetuação de seus malfeitos”, afirmou.

Yglesio finalizou cobrando coerência da AMMA, destacando o que a relatora do caso falou sobre o juiz Sidarta Gautama, mas que mesmo diante das fortes palavras não teve nenhuma manifestação da entidade.

“Custa-me nada recordar as palavras da desembargadora relatora do caso. Segundo ela, Gautama é “doente de caráter, tem o caráter deformado” e “usa a inteligência para o mal”. Agora, fico no aguardo de uma nota da AMMA repudiando as palavras da excelentíssima desembargadora”, finalizou o parlamentar, dando uma bela enquadrada na atitude desnecessária e corporativista da entidade.

Por fim, vale destacar que a Assembleia Legislativa emitiu uma Nota de Apoio ao deputado Yglesio Moyses (veja aqui a Nota na íntegra).

É aguardar e conferir o julgamento do magistrado e sabermos quem tem razão nesse lamentável episódio.

## **Nota de apoio ao deputado estadual Yglésio Moyses**

A Assembleia Legislativa mantém-se firme na defesa do deputado Yglésio Moyses, protegendo não somente a função parlamentar, como também a do próprio Parlamento como instituição do Estado Democrático de Direito. A Assembleia Legislativa do Maranhão manifesta seu total apoio ao deputado estadual Yglésio Moyses (PROS), alvo de crítica por parte da entidade representativa da Magistratura por expressar sua opinião na tribuna.

A Constituição Federal confere aos deputados e senadores a garantia da inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, assegurando, aos parlamentares, no exercício do mandato, a independência que o cargo requer.

Diante dos fatos, a Assembleia Legislativa mantém-se firme na defesa do deputado Yglésio Moyses, protegendo não somente a função parlamentar, como também a do próprio Parlamento como instituição do Estado Democrático de Direito.

Deputado Othelino Neto  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

## **TJMA determina suspensão imediata do movimento grevista no Detran**

Por: O Informante

Data de publicação: 17/11/2021 - 21:49

Foto: Reprodução

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Douglas Airton Ferreira Amorim, determinou, nesta quarta-feira (17), em Ação Civil Pública, a imediata suspensão do movimento grevista deflagrado pelo Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Sinsdetran/Ma) e pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Maranhão (Sintsep/MA).

“Os respectivos sindicatos devem se abster de promover a paralisação das atividades profissionais dos servidores do DETRAN. Caso a mesma já tenha ocorrido, determino o retorno imediato dos servidores ao trabalho, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento, sem prejuízo da imputação de faltas àqueles que não retornarem às suas funções”, assinalou o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

A decisão do magistrado foi proferida no bojo da Ação Civil Pública (nº AÇÃO C: 0819254-38.2021.8.10.0000) ajuizada, com pedido de tutela antecipada, pelo Estado do Maranhão e pelo Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), após ambos serem comunicados pelos mencionados sindicatos que após 72 horas, a contar do dia 9 deste mês seria iniciado um movimento grevista, por tempo indeterminado, enquanto não fosse atendida integralmente a reivindicação de reajuste de 40%.

Na ação, o Estado do Maranhão e o DETRAN afirmaram que o movimento deflagrado é ilegal. “Primeiro por se tratar de serviço público essencial, voltado à segurança pública e ao poder de polícia estatal. Segundo porque as exigências apresentadas desrespeitam dispositivos da Lei Complementar nº 173/2020, em especial na parte que trata da extensão do auxílio aos servidores afastados, já tratada em demanda judicial julgada improcedente”.

O Estado do Maranhão e DETRAN alegaram também que o fato de os grevistas serem servidores que desempenham atividades essenciais, não caberia a deflagração de greve, medida que se contrapõe a um entendimento do próprio do Supremo Tribunal Federal.

Com esses argumentos, ambos pugnaram pela concessão da tutela antecipada de urgência para garantir o retorno dos servidores às suas atividades profissionais, pleito julgado procedente pelo desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

## **Vídeo: “tu é mais macho do que os outros?”, diz Rafael a Wellington na Assembleia**

O líder do governo Flávio Dino, deputado Rafael Leitoa e o deputado de oposição, Wellington do Curso tiveram forte bate boca na Assembleia Legislativa. O cerne da discussão foi a greve de alguns servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA).

“Só tu que pode falar aqui dentro é, tu é mais macho do que os outros?”, disse Rafael a Wellington, que, por sua vez, vendo os ânimos se acirrarem, pediu calma. (veja no vídeo acima)

Wellington do Curso afirmou que 14 governadores de outros estados brasileiros estão discutindo reajuste dos servidores e que o “Maranhão fica embromando, sem conceder reajuste e com o auxílio-alimentação congelado há seis anos”.

Rafael Leitoa, no seu discurso, ao defender o governo, destacou a decisão judicial que declarou a ilegalidade da greve dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA).

O deputado leu um trecho da sentença da magistrada que fundamenta a decretação da ilegalidade da greve. “O artigo 65 da Lei Complementar Federal 173/2020 proíbe, expressamente, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, de conceder a qualquer título, vantagem, aumento e reajuste ou adequação de remuneração a membro do poder ou órgão, servidores e empregados públicos e militares, até 31 de dezembro de 2021”.

## **Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do TJMA**

POR PORTAL DO MUNIM · 18/11/2021

Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

MARANHÃO - O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O desembargador agradeceu aos colegas por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do TJMA exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

Em seguida, o desembargador eleito fez o juramento solene e assinou o termo de compromisso e posse, após a leitura do documento pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

## **Desembargadores escolhem novo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão**

17 De Novembro De 2021 By Da Redação

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

## **Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do TJMA**

PUBLICADO 17/11/2021

Eleito por unanimidade, novo membro da Mesa Diretora tomou posse no cargo na Sala das Sessões Plenárias do TJMA, após a sessão desta quarta, 17

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

Em seguida, o desembargador eleito fez o juramento solene e assinou o termo de compromisso e posse, após a leitura do documento pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em seu nome e em nome do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, deu as boas-vindas ao novo integrante da Mesa Diretora do Judiciário.

“Confirmamos a Vossa Excelência a nossa satisfação de recebê-lo como componente na nossa Diretoria”, concluiu Lourival Serejo.

### **ELEIÇÃO**

Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

O presidente Lourival Serejo convidou o desembargador Bayma Araújo para efetuar a contagem de votos. O decano do TJMA, então, convidou o desembargador Paulo Velten para acompanhar de perto o ato.

Ao final da votação, o desembargador Bayma Araújo anunciou a vitória, por unanimidade, do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

### **PERFIL**

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

## **E mais:**

- Em decisão liminar, o Tribunal de Justiça determinou a imediata suspensão da greve dos servidores do Detran/MA.
- A decisão foi do desembargador Douglas Airton Amorim que estabeleceu multa diária de R\$ 100 mil.
- Os servidores do Detran paralisaram suas atividades na última terça-feira, 16, pedindo reajuste salarial e afirmando que o órgão é usado politicamente pelo diretor-geral, Francisco Nagib.

## **TJMA determina suspensão imediata da greve no Detran**

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Douglas Airton Ferreira Amorim, determinou, nessa quarta-feira (17), em Ação Civil Pública, a imediata suspensão do movimento grevista deflagrado pelo Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Sinsdetran/MA) e pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Maranhão (Sintsep/MA).

“Os respectivos sindicatos devem se abster de promover a paralisação das atividades profissionais dos servidores do Detran. Caso a mesma já tenha ocorrido, determino o retorno imediato dos servidores ao trabalho, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento, sem prejuízo da imputação de faltas àqueles que não retornarem às suas funções”, assinalou o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

A decisão do magistrado foi proferida no bojo de Ação Civil Pública ajuizada, com pedido de tutela antecipada, pelo Estado do Maranhão e pelo Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), após ambos serem comunicados pelos mencionados sindicatos que após 72 horas, a contar do dia 9 deste mês seria iniciado um movimento grevista, por tempo indeterminado, enquanto não fosse atendida integralmente a reivindicação de reajuste de 40%.

Na ação, o Estado do Maranhão e o Detran afirmaram que o movimento deflagrado é ilegal. “Primeiro por se tratar de serviço público essencial, voltado à segurança pública e ao poder de polícia estatal. Segundo porque as exigências apresentadas desrespeitam dispositivos da Lei Complementar nº 173/2020, em especial na parte que trata da extensão do auxílio aos servidores afastados, já tratada em demanda judicial julgada improcedente”.

Na ação, o Estado do Maranhão e Detran alegaram também que o fato de os grevistas serem servidores que desempenham atividades essenciais, não caberia a deflagração de greve, medida que se contrapõe a um entendimento do próprio do Supremo Tribunal Federal.

Com esses argumentos, ambos pugnaram pela concessão da tutela antecipada de urgência para garantir o retorno dos servidores às suas atividades profissionais, pleito julgado procedente pelo desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim.

## **Presidente do STF, Luiz Fux, será condecorado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão nesta sexta**

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), é um dos condecorados na sessão solene desta sexta-feira (19) no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), marcada para começar às 10h, com transmissão ao vivo, através do canal do TJMA no Youtube. Serão entregues as medalhas Bons Serviços Bento Moreira Lima, Mérito Cândido Mendes e Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, homenageando personalidades pelos bons serviços prestados ao Judiciário Maranhense.

Kassio Nunes Marques é um dos homenageados

Medalha do Mérito Cândido Mendes - A Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes é concedida a desembargadores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, governador, ministros de tribunais superiores, ministros de estado, senadores e presidente da República.

Além do ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, receberão essa distinção as seguintes personalidades:

Kassio Nunes Marques (ministro do Supremo Tribunal Federal - STF)  
Rogério Schietti Machado Cruz (ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ)  
Luiz Alberto Gurgel de Faria (ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ)  
Desembargador José Ribamar Oliveira (presidente do Tribunal de Justiça do Piauí)  
Desembargador federal Novély Vilanova da Silva Reis  
Vice-Governador do Estado do Maranhão, Carlos Orleans Brandão Júnior  
Vice-Almirante (RM1) Wilson Pereira de Lima Filho, Presidente do Tribunal Marítimo

A medalhista Olímpica Rayssa Leal é uma das homenageadas com esta distinção)

Mérito Antônio Vellozo - Com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, concedida a magistrados (as), membros do Ministério Público, advogados (as), deputados (as) estaduais, deputados (as) federais, serventuários (as) e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão, serão agraciadas as seguintes personalidades:

Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula (secretário de Saúde do Estado do Maranhão)  
Dr. Felipe Costa Camarão (secretário de Educação do Estado do Maranhão)  
Domingas de Jesus Froz Gomes (procuradora de Justiça)  
Glalbert Nascimento Cutrim (deputado Estadual)  
Mário Lobão Carvalho (diretor-Geral do TJ/MA)  
Luís Augusto de Miranda Guterres (advogado)  
Vírginia de Medeiros Claudino Milani (advogada)  
Dr. Gutemberg Fernandes de Araújo (médico e vereador de São Luís)  
Osmar Gomes dos Santos Filho (advogado, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Luís)  
José Benedito Buhatem (médico)  
Ibrahim Assub Júnior (médico)

Padre José Bráulio Sousa Ayres (“in memoriam”)

Ronald Augusto Furtado Sarney Costa (advogado)

Matusalém Gonçalves Pimenta (advogado e escritor)

Francisco Soares Reis (advogado)

Murilo Andrade de Oliveira (secretário de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão)

Antônio José Noberto da Silva (professor, escritor e turismólogo)

José Nicodemos Barbosa (médico)

Jhulia Rayssa Mendes Leal (atleta Olímpica)

Francisco das Chagas Barros de Sousa (procurador de Justiça)

Edilson Baldez das Neves (engenheiro civil, professor e empresário, presidente da Federação das Indústrias)

Desembargador Lourival Serejo, presidente do TJ é um dos homenageados com esta distinção

Medalha Bento Moreira Lima - Com a Medalha Desembargador Bento Moreira Lima, concedida a magistrados que completam de 10 a 40 anos, receberão as seguintes personalidades:

Desembargadores Antonio Guerreiro Júnior, Lourival de Jesus Serejo Sousa, Jaime Ferreira de Araújo, Vicente de Paula Gomes de Castro, Kleber Costa Carvalho, João Santana Sousa, Luiz Gonzaga Almeida Filho, Josemar Lopes Santos, Antonio Fernando Bayma Araujo, José Gonçalo de Sousa Filho e Maria Francisca Gualberto de Galiza.

Além destes, os juizes Jamil Aguiar da Silva, Raquel Araujo Castro Teles de Menezes, Romulo Lago e Cruz, Alessandra Lima Silva, Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa, Jaqueline Rodrigues da Cunha, Alessandro Arrais Pereira, André Bezerra Ewerton Martins, Marcelo Moraes Rego de Souza, Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva, Anelise Nogueira Reginato, Rodrigo Otávio Terças Santos, Carlos Eduardo de Arruda Mont’Alverne, Marcelo Frazão Pereira, Alexandre Antonio José de Mesquita, Carlos Eduardo Coelho de Sousa, José Edilson Caridade Ribeiro, Luzia Madeiro Neponucena, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Antonio Manoel Araújo Velozo, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Américo Abreu Costa, Nelson Melo de Moraes Rego, Joseane de Jesus Correa Bezerra, Edimar Fernando Mendonça de Sousa, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Márcia Cristina Coelho Chaves, Antonio Donizete Aranha Baleeiro, João Pereira Neto, Raul José Duarte Goulart Júnior, Alessandro Bandeira Figueiredo, Marcelo Elias Matos e Oka, Flávio Roberto Ribeiro Soares, Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, Maricélia Costa Gonçalves, Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, Laysa de Jesus Paz Martins Mendes, Rommel Cruz Viégas Mazurkiewicz Saraiva de Sousa Cruz, Rogério Pelegrine Tognon Rondon, Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior, Vanessa Clementino Sousa, Janaína Araújo de Carvalho e Lidiane Melo de Souza, Tereza Cristina Franco Palhares Nina, Karlos Alberto Ribeiro Mota, Celso Serafim Júnior, José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, Sheila Silva Cunha e José Ribamar Serra.

## **Desembargador Vicente de Paula é o novo vice-presidente do TJ-MA**

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro foi eleito por unanimidade, nesta quarta-feira (17), para ocupar o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. A votação, realizada em sessão plenária administrativa, ocorreu em razão da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, no dia 8 de novembro passado, nos termos do Artigo 108 do Regimento Interno do TJMA.

O novo vice-presidente agradeceu aos colegas desembargadores e desembargadoras por lhe terem concedido o privilégio de ser conduzido à Vice-Presidência da Corte. Disse sentir-se muito honrado e orgulhoso pela escolha, além de ciente de que, ao contrário do que acontece em outras instituições, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça exige uma atuação do seu ocupante bastante proativa.

O Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. O Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949.

“Nesse sentido, quero me conduzir sempre aliado com os propósitos de termos uma Justiça célere, uma Justiça aberta para a população, uma Justiça que possa atender aos anseios de toda a sociedade”, destacou Vicente de Paula Castro.

### Juramento

Em seguida, o desembargador eleito fez o juramento solene e assinou o termo de compromisso e posse, após a leitura do documento pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

### Assinatura do termo

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em seu nome e em nome do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, deu as boas-vindas ao novo integrante da Mesa Diretora do Judiciário.

“Confirmamos a Vossa Excelência a nossa satisfação de recebê-lo como componente na nossa Diretoria”, concluiu Lourival Serejo.

### Eleição

Pouco antes da eleição, os desembargadores Marcelino Everton e Ricardo Duailibe anunciaram que não manifestaram interesse em concorrer à vaga de vice-presidente, depois que souberam que o desembargador Vicente de Paula Castro demonstrou interesse.

O presidente Lourival Serejo convidou o desembargador Bayma Araújo para efetuar a contagem de votos. O decano do TJMA, então, convidou o desembargador Paulo Velten para acompanhar de perto o ato.

### Votação

Ao final da votação, o desembargador Bayma Araújo anunciou a vitória, por unanimidade, do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

### Histórico

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele Estado.

Bacharelou-se em Direito em 1974, pela Universidade Federal do Piauí. Em agosto de 1975, exonerou-se da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí, como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público. Especializou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas.

Depois de dez anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por quatro anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio